



O sertão remediado: o embate entre a elite goiana e o pensamento sanitarista, 1910-1920

*The sertão remediated:
the clash between the elite
of Goiás and sanitation
thinking, 1910-1920*

Noé Freire Sandes

Professor, Faculdade de História/
Universidade Federal de Goiás.
Av. Esperança, s. n., Campus Samambaia
74690-900 – Goiânia – GO – Brasil
noefsandes@uol.com.br

Vera Lúcia Caixeta

Professora, Departamento de História/
Universidade Federal do Tocantins.
caixeta@uol.com.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2014.
Aprovado para publicação em setembro de 2014.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000200005>

SANDES, Noé Freire; CAIXETA, Vera Lúcia. O sertão remediado: o embate entre a elite goiana e o pensamento sanitário, 1910-1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.397-410.

Resumo

Em meio à emergência da saúde como pauta do debate político nas primeiras décadas do século XX, Arthur Neiva e Belisário Penna viajaram pelo sertão goiano para diagnosticar o estado de saúde da população, destacando, sobretudo, a disseminação da doença de Chagas e a decadência do sertão. A elite política goiana reagiu ao diagnóstico dos sanitaristas. Este artigo acompanha a polêmica que ganhou as páginas da revista *A Informação Goiana*. O periódico assumiu a defesa dos interesses da região, pois seus articulistas estavam certos de que cabia aos goianos a missão de revelar a verdade sobre o sertão, sua gente e suas potencialidades.

Palavras-chave: sertão; saneamento rural; identidade regional; *A Informação Goiana*.

Abstract

In the early decades of the twentieth century, when health started becoming an issue on the political agenda, Arthur Neiva and Belisário Penna travelled to the sertão semi-arid region of Goiás state, Brazil, to diagnose the population's state of health, particularly highlighting the spread of Chagas disease and the decadence of the sertão. The political elite in the state reacted to the sanitarians' findings. This article observes the controversy played out in the pages of A Informação Goiana magazine. The publication supported the region's interests, because its leaders were sure that it was down to the people of Goiás to reveal the truth about the sertão, its people, and its potentialities.

Keywords: sertão; rural sanitation; regional identity; *A Informação Goiana*.

Entre as décadas de 1910 e 1920, travou-se uma batalha política em torno dos nossos males. Em 1928, com a publicação de *Macunaíma*, Mário de Andrade satirizava os problemas brasileiros no jocoso dito “muita saúva e pouca saúde, os males do Brasil são”. Saúde e saúvas indicavam o sentido dos projetos políticos de “regeneração” do povo e da terra, bem como do próprio regime republicano. O debate em torno da saúde tomou a forma de um programa político: a campanha sanitária propagava a necessidade de reorganizar os serviços públicos como forma de enfrentar a precariedade da vida do homem brasileiro, especialmente no campo. O abandono do homem rural transformou-se em lema de campanhas políticas. Em 1918, o presidente eleito, Rodrigues Alves, adoentado, não pôde assumir o cargo e veio a falecer em janeiro de 1919. Ruy Barbosa lançou-se em nova campanha eleitoral. O líder baiano agregava, desde 1910, em seus discursos um sentido reformista que atendia aos anseios das camadas urbanas. Famoso por sua oratória, Ruy Barbosa encontrou no artigo “Urupês”, de Monteiro Lobato (1962), publicado no jornal *Estado de S.Paulo*, em 1914, as imagens mobilizadoras de sua campanha: o Jeca Tatu simulava, ainda que de modo caricatural, a face veraz de um país dominado pelas oligarquias rurais, pobre e doente. O personagem serviu como uma luva para que Ruy Barbosa apregoasse a desejada mudança: a reforma do regime republicano seria protagonizada pela regeneração do Jeca (Sandes, 2002b).

A questão sanitária logo se transformou em bandeira política. Em “Urupês”, Lobato, o fazendeiro frustrado, reúne farta munição e descreve, em minúcias, a rotina do Jeca. Em uma narrativa acentuadamente etnocêntrica, Lobato descreve a casa, o sentar de cócoras, o pouco trabalho despendido no plantio da mandioca, o predomínio da lei do menor esforço, o desligamento do mundo e a ausência da nacionalidade. Todas essas características transformaram o Jeca no ancestral de brasilidade, o “selvagem” inapto ao trabalho disciplinado e árduo. Frente à lei do menor esforço, o Jeca era equiparado a um parasita. Com Lobato, a questão do “ser brasileiro” encontrou uma resposta em tom de destempero: o Brasil se assemelhava ao Jeca Tatu. Em “Urupês”, o escritor primeiro caçoa do imaginário nativista presente em uma literatura que tanto prezava o “indianismo” e o “caboclisto” para, em seguida, apresentar, por contraste, o seu personagem: o Jeca. O artigo que notabilizou o jovem escritor transformou-se em título do seu primeiro livro de contos. A imagem do Jeca Tatu ganhou a imaginação nacional ao tipificar o caipira como atrasado, ingênuo e preguiçoso. O incômodo provocado pelo personagem lobatiano foi dirimido com alguma tensão; entretanto, o Jeca Tatu tornou-se um personagem popular, especialmente com a propagação da famosa cartilha do remédio Biotônico Fontoura (Lajolo, 1983).

Lobato não se fez de rogado diante das inúmeras críticas acerca do seu famoso personagem. O injusto juízo exigia reparação; portanto, publicou, em 1918, *Problema vital* (Lobato, 1948), em que se dedica a discutir, em consonância com os escritos de Arthur Neiva e Belisário Penna, o saneamento como problema fundamental para o desenvolvimento nacional. Finalmente, o escritor redefine a imagem do Jeca (Jeca-tatuzinho) com base nos princípios do saneamento e da moderna agricultura. A criatura lobatiana – o Jeca –, assim como o Brasil, exigia reformas. Influenciado pelo debate em torno da saúde pública, o escritor posicionou-se no espaço público em defesa do sanitarismo como proposta fundamental para o desenvolvimento nacional.

O debate acerca dos problemas envolvendo o saneamento no Brasil padecia de dados concretos sobre os males que afligiam as regiões mais distantes dos centros urbanos. O desconhecimento do sertão se apresentava como um desafio para os sanitaristas do porte de Arthur Neiva e Belisário Penna. Assim, viajar pelo sertão no intuito de conhecer o país não era apenas um empreendimento científico, pois estava associado a um claro projeto político reformista (Santos, 1985). Nessa direção, interessa-nos, sobretudo, avaliar a relação entre o olhar dos sanitaristas, em suas andanças por Goiás, e a recepção dos seus escritos pela elite política goiana.¹

O sertão inspecionado

Homens de ciência do calibre de Arthur Neiva e Belisário Penna, por requisição da Inspetoria de Obras contra as Secas, iniciaram a epopeia de mapear o sertão no intuito de decifrá-lo com a força do discurso científico. Essa operação representava algo distinto da costumeira crítica sobre o atraso e o isolamento do interior brasileiro.

O relatório de Neiva e Penna (1999)² se afastava do circuito ufanista e romântico que marcou o discurso regionalista. Designados para uma viagem ao Norte e ao Nordeste em 1912, “através de seu relatório indicaram a reforma sanitária rural como um meio eficaz de superar o impasse em que se achava a nação” (Vieira, 2007, p.44). O relatório, publicado em 1916 com o título *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*, impactou a opinião pública, mobilizando intelectuais e políticos em torno do debate sobre os problemas sanitários no interior do país. O livro está organizado em duas partes: o relatório propriamente dito e o diário de viagem acrescido por um anexo com mais de cem fotografias, além de um encarte com um mapa do Brasil no qual é indicado o roteiro percorrido pela expedição.

Os sanitaristas, ao adentrar o extenso território do interior do Brasil, afirmaram que, se fossem escrever um poema para descrever o sertão, seria um poema trágico que destruiria o romantismo tão presente nas descrições do mundo sertanejo. Esse poema denunciaria o quadro infernal, que só poderia ser perfeito se descrito pelo Dante imortal. Enfim, os sertões “que conhecemos, quer os do extremo norte, quer os centrais, quer os do norte de Minas são pedaços do purgatório, como nol’o pintam os padres, onde se purgam os pecados em vida...” (Neiva, Penna, 1999, p.222).

A vila de São José do Duro, a leste do estado de Goiás, na divisa com a Bahia, foi a porta de entrada pela qual os sanitaristas adentraram o território goiano: “Uma pequena vila com 60 casas e 400 moradores” (Neiva, Penna, 1999, p.207). A preocupação dos médicos de contabilizar as habitações e quantificar seus habitantes constituía um procedimento comum da atividade investigativa já presente nos relatos dos viajantes estrangeiros que visitaram o interior do Brasil a partir do século XIX. Entretanto, os sanitaristas desdobraram a perspectiva investigativa para o interior das relações sociais. Nessa direção, observaram o apego dos sertanejos ao uso de técnicas rudimentares para o fabrico de farinha e aguardente. A impressão de declínio ou atraso da região tornou-se ainda mais forte ao constatar, em suas andanças, a presença de casas barreadas propícias à propagação do barbeiro. Diante desse quadro, os médicos conjecturavam sobre a possível ligação entre o mal de Chagas e a presença do bócio.³

O diagnóstico do atraso das regiões interioranas, sob o ponto de vista do saneamento, não foi aceito pelo paciente.

O olhar do viajante é delineado, previamente, por um sentido de ordenação advindo de outras paisagens. A propagada imagem da decadência da região, herança da crise do ouro, apresentava-se, de antemão, à consciência do observador. De acordo com João Maia (2007, p.5), os cientistas estrangeiros viajavam motivados “pela confirmação de certas teorias científicas e animados por uma perspectiva de carreira científica”. Ao centrar sua análise nas narrativas de dois governadores goianos oitocentistas, Couto de Magalhães e Leite Moraes, o autor aponta para a presença de um forte sentimento de melancolia decorrente do choque entre as aspirações modernizantes da administração imperial e a instabilidade das terras interioranas: “É constante a visão de ruínas e de vestígios que denotam um mundo instável e aberto, constituído, destruído e reconstituído de forma incessante” (p.17).

Saindo da vila de Duro em direção à cidade de Porto Nacional, os médicos passaram pelo arraial de Almas e pelo município de Natividade. Do arraial de Almas ressaltaram apenas suas ruínas. Para os nossos narradores, a falta de conservação dos prédios e a precariedade do comércio eram dados concretos do empobrecimento da região. Entretanto, o aspecto físico dos homens, acrescido da observação da paisagem, indicava que os moradores teriam sucumbido ao ataque da doença de Chagas nas suas modalidades crônicas.

Adentrado o século XX, a presença das ruínas na região também foi registrada pelos memorialistas que percorreram os antigos caminhos que levavam ao norte de Goiás. O dominicano francês José Maria Audrin (1947, p.55) sublinhou a riqueza de outros tempos presente na memória dos miseráveis habitantes das “taperas” de Pilar, Crixás, Amaro Leite e Carmo. Os moradores se esmeravam em contar aos viandantes as lembranças das riquezas ali outrora encontradas. As igrejas quase em ruínas, as peças sacras e os poucos prédios que ainda perduravam eram testemunhas da opulência de um tempo distante. Os vestígios das construções antigas, as “taperas”, eram uma coisa triste de se ver, na percepção do dominicano. Em 1935, o médico Júlio Paternostro (1945, p.251), funcionário do serviço de febre amarela do Ministério da Saúde, deixou o registro de suas impressões em sua visita a região: “A cidade de Palma, [atual Paranã] que há cem anos possuía 255 casas, atualmente é um arraial de 120 habitações velhas ou em ruínas. Uma igreja que estava sendo construída há setenta anos, ainda não foi concluída. A vida parou”.

O olhar fixo nas ruínas direcionou a descrição da paisagem, conformando os ângulos possíveis a uma só perspectiva: a decadência. Neiva e Penna (1999), influenciados pelas leituras dos viajantes e pela primeira caracterização da doença de Chagas, ficaram chocados com o que viram. Na percepção dos sanitaristas, a falta de assistência médica permitiu que a doença de Chagas atingisse cruelmente as pessoas. O espanto presente na narrativa dos médicos se associava ao universo de suas expectativas: sonhavam com cidades e vilas saneadas, com uma agricultura moderna amplamente integrada ao mercado, cuja pujança pusesse fim à condição “primitiva” da vida sertaneja.

Em Goiás, a ladainha sobre os males do sertão ganhou a força de uma representação histórica com marcada presença na imaginação regional. O costumeiro argumento do atraso e do isolamento da pátria goiana, decorrente da crise da mineração, era seguido pela enumeração das riquezas e potencialidades de uma região dominada pela imagem de uma

natureza pródiga. Assim, anunciava-se uma temporalidade esvaziada de sentido no presente e saturada de expectativas de futuro.⁴ Certamente, a elite goiana, generosa em reverberar as necessidades do Brasil central, tinha os mesmos sonhos que os viajantes sanitários: difundir o desamparo do sertão era uma clara estratégia política. Dessa forma, exagerava-se o isolamento e o abandono do homem do campo como forma de exigir a atenção e os investimentos do governo republicano. Não se pode negar a diferença marcante entre o sertão e o litoral; contudo, a exageração dualista carregava uma clara dimensão retórica.

A distância entre o sertão e o centro por certo pesava nos negócios e gerava incômodos de toda sorte, pois boa parte do território brasileiro estava fora do alcance das frágeis políticas do Estado nacional. Entretanto, os “bagageiros da federação” (Lima Sobrinho, 1983, p.176) acompanhavam o movimento dos astros centrais do sistema, os grandes estados, mas com a força necessária para girar sobre si e produzir o movimento necessário para ordenar e dirigir seu próprio território. Portanto, o diagnóstico acerca dos males de Goiás pareceu, no mínimo, excessivo na perspectiva dos vilaboenses. Ainda que a capital anhanguerina tenha sido poupada pela verve científica dos sanitários, a comparação entre o sertão e o purgatório não poderia ser acolhida pacificamente pela elite goiana.

Essa elite afirmava sua distinção mais pela posse do sobrenome que por ostentação e opulência. Em um estado com restrita capacidade de arrecadação, o poder econômico se expressava, especialmente, pelo controle de cargos administrativos. O zelo pelo nome e pela honra da família faz parte de um código social ordenador da sociedade goiana. Bernardo Élis (1997, p.39), ao rememorar o seu tempo de menino, descreve o ambiente social da cidade de Corumbá:

Final, éramos classe dominante, devíamos dar exemplo de bom comportamento e educação, sobretudo era preciso demonstrar a união do grupo familiar. Nós Fleury Curado entendíamos que o Estado de Goiás, que o Brasil, eram parte de nós mesmos, e a primeira coisa a fazer era preservar a nação. Formando um dos primeiros grupos de povoadores, tornávamo-nos a própria pátria. Por essa compreensão, certamente erradíssima e absurda, vivíamos como que aprisionados, cercados pela vigilância, pela maledicência dos que não eram do nosso clã e que estavam prontos a cair sobre nós e nos liquidar ante o primeiro sinal de erro ou de fragilidade.

Em Goiás, a elite dirigente nem sempre contava com uma situação econômica tranquila. Conforme registra Bernardo Élis (Paula, 2014), a lida de sua mãe na máquina de costura contribuía de modo efetivo para o sustento da casa. O testemunho do romancista goiano é certamente um indício da ordem social presente em Goiás no início do século XX.

A direção apontada pelo romancista revela um tipo de sociabilidade marcada pela mágoa e pela esperança. Assim, era aceitável que a elite goiana compusesse sua narrativa histórica entremeadada pelo lamento da crise do ouro. Esse argumento era parte de um repertório que, ao final, visava propagar as riquezas da terra. Nas pequenas pátrias, o discurso decadentista se transformava em demanda política a exigir o cumprimento do pacto federativo. Outra coisa era admitir que os médicos sanitários, distantes do mundo goiano, compusessem um hino assemelhando o sertão goiano ao inferno.

A desinformação sobre a região apareceu como problema de vulto que merecia resposta à altura. Mas a interlocução desejada deveria ocorrer fora da esfera regional, pois a voz dos

goianos merecia ser ouvida na própria capital federal. A polêmica travada no interior da revista *A Informação Goiana* era a resposta certa ao malévolos alvitre que os sanitaristas lançaram sobre Goiás. O próprio título da revista já antecipa sua função e seus objetivos, conforme se depreende da leitura da apresentação da revista, em seu primeiro número, escrita, certamente, pela pena de seu diretor Henrique Silva (2001a, p.1):

O aparecimento hoje desta publicação se justifica pela própria necessidade que havia de um órgão informativo e de propaganda das incomparáveis riquezas nativas do *interland* brasileiro – essa vastíssima região quase desconhecida sob todos os aspectos e que, no entanto, possui os mais fortes elementos para se incorporar as correntes progressivas das mais prósperas zonas do nosso país. Como se sabe, Goiás ocupa o centro geométrico do Brasil, e não carece, pois, de razões geográficas para representar ainda um papel social e econômico na grandeza futura da nacionalidade. O que é mister é tornar conhecido de nós mesmos e dos estrangeiros o seu salubérrimo clima, as suas riquezas extraordinárias, as suas fontes de vida, as suas possibilidades econômicas – como também refutar com fatos e algarismos exatos as apreciações injustas que tantas vezes em livros e na imprensa se tem propalado acerca da terra goiana.

No mesmo número, a revista aborda o controverso tema das riquezas minerais. Com base em extratos dos escritos de cronistas do século passado, como Alencastre e Eschwege, aponta para as possibilidades de exploração mineral em Goiás, inclusive o ouro, e assim tangencia a percepção desses cronistas acerca da crise econômica que se abateu sobre a região com o esgotamento do ouro.

Henrique Silva, militar positivista formado na tradicional Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, desempenhou papel fundamental para garantir a efetividade da revista por quase duas décadas. O major desempenhou papéis diversos no intuito de propagar as riquezas de Goiás, antes mesmo de participar do empreendimento propagandístico: colaborou com inúmeros jornais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, além de participar dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Essa comissão, constituída sobre a presidência do engenheiro belga Luiz Cruls, foi incumbida de estudar, reconhecer e delimitar a área do futuro Distrito Federal em 1892. O projeto político de interiorização da capital, elaboração utópica que se apresentou antes mesmo da formação do Brasil como nação independente, ganhou fôlego ao ser incluído como dispositivo constitucional na primeira Constituição Republicana, em 1891.

O doutor Antônio Americano do Brasil, outro editor do periódico, é sobrinho-neto de Henrique Silva. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então uma escola isolada, localizada na Praia Vermelha. Em 1917, participou com seu tio-avô da fundação da revista *A Informação Goiana*. No ano seguinte, assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça em Goiás. Nesse período, Americano do Brasil reuniu documentos oficiais em sua secretaria e redigiu, para o Instituto Histórico e Geográfico, um resumo da história de Goiás. Em 1921, foi eleito deputado e, no ano seguinte, assistiu à aprovação de um projeto de lei de sua autoria que determinava o lançamento da pedra fundamental da futura capital do Brasil (Borges, 1980).

Henrique Silva e Americano do Brasil mantêm relações com um grupo de goianos que colaboraram com a revista *A Informação Goiana*. Dentre eles se destacam: Hugo de Carvalho

Ramos e seu irmão Victor, estudantes de direito no Rio de Janeiro; Olegário Pinto, ex-aluno da Praia Vermelha; Francisco Ayres da Silva, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Antônio Azevedo Pimentel, médico higienista também formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da “Comissão Cruls”. Cora Coralina, escritora goiana residente em São Paulo, também participou desse empreendimento e ganhou projeção nacional ao retornar para a cidade de Goiás, décadas após a sua participação na revista (Nepomuceno, 2003).

Os artigos constantes na revista refletem a própria identidade de seus colaboradores. A elite goiana, enredada pela produção de um conhecimento sobre Goiás de cunho científico, literário e político, afirmava a vocação de uma região predestinada pela sua própria localização geográfica – o centro geométrico do Brasil – a cumprir um importante papel no desenvolvimento da nação brasileira. Nessa direção, a publicação da revista reforçava o prestígio intelectual dos articulistas tanto na capital federal quanto na própria região.

A *Informação Goiana* utilizou amplamente o relatório Cruls na defesa dos interesses de Goiás. Antônio M. de Azevedo Pimentel (2001a, p.6), colaborador do periódico e participante da referida missão, afirma que a área demarcada possui um clima salubérrimo: “A infecção palustre, que na opinião de todos os médicos é a nota característica da patologia intertropical, é excepcionalmente rara em toda a área do planalto central”. No ano seguinte, o médico volta a tratar do tema saneamento nos sertões apontando para a flagrante contradição entre suas observações e as “tendenciosas afirmativas dos srs. Arthur Neiva e Belisario Penna, ver-se-á que o sertão goiano não é precisamente ‘um vasto hospital’, como por aí corre” (Pimentel, 2001b, p.109).

Os editores também definiram o público-alvo de sua revista: buscavam atingir um segmento próximo aos canais de formação da opinião pública: homens de negócio, políticos e jornalistas. A despeito de certo grau de idealização, a revista oferece ao leitor argumentos indicadores de que Goiás era mais rico, mais populoso, mais acolhedor e produtivo do que se divulgava.

Henrique Silva percebe que a difusão das ideias de Neiva e Penna nos jornais *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano* e na *Revista do Brasil* poderia ser extremamente prejudicial para a imagem de Goiás. Assim, não era possível aceitar que uma missão enviada por Manguinhos, que nem chegou a percorrer a área demarcada para a futura capital do país, pudesse dar margem a interpretações contrárias à interiorização da capital federal.

Americano do Brasil ressalta a variedade e opulência da flora goiana, ainda não classificada, e o equívoco daqueles que divulgam informações sobre Goiás percorrendo a mesma trilha dos naturalistas do século XIX – caminhos percorridos pelos “primitivos bandeirantes” –, que evitavam as “ensobradas matas percorridas pelo gentio”. Essas observações visavam atingir outros viajores: “Mas nada disso sabem os pseudofitologistas do Ministério da Agricultura ou os curiosos compendistas e ensaístas que não viram outras florestas que as da Gávea e Tijuca e a vegetação de climas europeus das nossas avenidas asfaltadas” (Brasil, 2001, p.2).

Para o médico goiano, esses apressados viajantes não teriam o direito de percorrer rapidamente a região pelos antigos “caminhos reais” e chegar a conclusões apressadas sobre Goiás: “Glorificando assim a própria ignorância e insuflando uma antipática campanha contra as riquezas naturais do Alto Sertão” (Brasil, 2001, p.2). Em meio à descrição das riquezas da terra, Victor de Carvalho Ramos (2001, p.9-10) investe na descrição romântica do sertão,

lugar onde “o pensamento alarga-se com as linhas indefinidas dos horizontes, diante da deslumbradora paisagem”.

Enfim, os editores e colaboradores do periódico fazem questão de ressaltar a riqueza natural e humana de Goiás, cujo desconhecimento é uma decorrência da precariedade dos recenseamentos e das estatísticas oficiais. Em um artigo publicado originalmente no *Correio Oficial* em 21 de fevereiro de 1920, Americano do Brasil (1980, p.53) discute a disparidade de dados demográficos sobre Goiás durante o Império e afirma: “Como é sabido, geralmente os recenseamentos da República nunca mereceram fé por serem organizados apressadamente”. Interessava, portanto, verificar a verdade dos números para reconhecer a importância da pátria goiana.

Dominichi de Sá (2009), em artigo que apresenta pioneiramente o embate entre a elite goiana e os sanitaristas, afirma que o relatório de Belisário Penna e Arthur Neiva foi ventilado na imprensa pela primeira vez em um editorial do *Correio da Manhã* publicado em 23 de outubro de 1916, cuja autoria pode ser, provavelmente, atribuída a Gil Vidal. No texto, “A eliminação do brasileiro”, o jornal endossa o famoso diagnóstico do médico Miguel Pereira ao comparar o Brasil a um “imenso hospital”, e ressalta a missão heroica dos médicos de Manguinhos: a de tornar visível o “verdadeiro” sertão brasileiro por meio de seus estudos e viagens. O editor ainda afirma: “Podemos avaliar em que camisa de onze varas nos teríamos metido, se houvésemos transferido a sede do governo federal para o planalto central antes de estar realizada a obra colossal do saneamento do vastíssimo sertão brasileiro ... Não se trata de endemias localizadas a esta ou àquela zona do sertão, não são núcleos da população esparsos que as moléstias atacam; é a conquista do país inteiro pelas doenças, lançando as suas legiões de parasitas a destruir a nacionalidade pela eliminação lenta do homem” (A eliminação..., 23 out. 1916, p.1). A análise do editor do *Correio da Manhã* abriu espaço para a publicação de uma série de artigos de Belisário Penna sobre o saneamento dos sertões com o uso reiterado de citações do referido relatório, que parecia se constituir em uma “ilustração da denúncia de Miguel Pereira”, ou em um atestado da existência do “Brasil-imenso-hospital” (Sá, 2009, p.188).

A primeira referência direta ao texto de Neiva e Penna na *Informação Goiana* é feita por Henrique Silva, que noticia sua leitura do trabalho *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás* (Neiva, Penna, 1999) e *Rondônia*, de Roquete Pinto. Para o articulista goiano, tais obras já nasceram consagradas, porque seus autores são “notáveis membros da Academia Brasileira de Ciências”; entretanto, adverte que o livro de Neiva e Penna, “engraçados autores”, está cheio de “passagens contraditórias, inverossímeis”. Acrescenta ainda o articulista:

E razão teve, portanto, o inolvidável senador do Rio de Janeiro – não permitindo que o trabalho dos srs. Arthur Neiva e Belisario Penna aparecesse nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Reteve-a o sábio patricio na sua gaveta; e os que lhes eram íntimos talvez possam dizer os motivos (Silva, 2001b, p.91).

No geral, os diretores e articulistas do periódico buscaram desqualificar o relatório Neiva e Penna, sob a alegação de que lhe faltava rigor científico. O próprio título do artigo denuncia a ambição de desfazer a seriedade da investigação. O uso do termo “viajores”, possivelmente,

foi utilizado como recurso para enfatizar, por via da rima, o que se segue: “mas superficiais observadores” (Silva, 2001b, p.91). Se a literatura de viagem carregava a marca do desejo de precisão, os viajores, na perspectiva de Henrique Silva, percorreram caminho contrário.

Hugo de Carvalho Ramos (2001b, p.37) discute a diversidade dos tipos humanos do sertão. Caipiras, “bociosos uns, enfermiços outros”, vivem à beira das estradas em precaríssimas condições; entretanto, variam entre fazendeiros, boiadeiros, queijeiros etc. Para o escritor goiano, erram “os que pretendem, de princípio, surpreender as complexas modalidades do *habitat* sertanejo numa viagem apressada”. O cansaço e a fadiga decorrente de longas marchas a cavalo “prostram o ânimo dos que não se acham acostumados a esse modo de viagem, e que lhes furta todo o estímulo para um estudo mais detalhado e completo do que seja e realmente é o nosso interior”.

Alguns detalhes são citados nos diversos artigos do periódico para demonstrar a superficialidade dos estudos realizados pelos referidos médicos. O pitoresco artigo “A vaca mocha de Goiás” reedita os conceitos do eminente cientista Pereira Barreto, a propósito de uma exposição em São Paulo: “A vaca mocha de Goiás é o tipo ideal de perfeição. Não exagero, quando afirmo que nunca vi, quer aqui, quer na Inglaterra, um animal tão completo como uma vaca mocha exposta pelo sr. Reynaldo Salles” (Silva, 2001e, p.93).

A exagerada louvação da vaca sem chifres tem o claro objetivo de atingir os sanitaristas, pois, sem qualquer mediação, o artigo assim se encerra: “Consultados, porém, os srs. Arthur Neiva e Belisario Penna declararam que não viram nenhuma vaca mocha em Goiás”. (Silva, 2001e, p.93) Para o leitor, segue a artificiosa conclusão: se a vaca não é mencionada é porque os “enviados de Manguinhos”, na verdade, pouco ou nada sabiam sobre Goiás.

Henrique Silva, em artigo sobre a fauna do Brasil central, critica os resultados supostamente científicos da missão Rondon, bem como o descaso do Museu Paulista com as coleções ictiológicas enviadas para São Paulo no intuito de obter a classificação científica dos peixes. Ao concluir o artigo, noticia seu encontro com Arthur Neiva na capital goiana, onde lhe foi apresentada “a mais completa e rara coleção de peixes característicos das bacias do Araguaia e Tocantins”; no entanto, o militar goiano lamenta que o referido médico não tenha feito qualquer alusão à coleção ao publicar o resultado de suas pesquisas em Goiás (Silva, 2001c, p.106).

Nos diversos artigos da *Informação Goiana* se repete o mesmo argumento: os médicos de Manguinhos erraram em seus julgamentos e descrições porque na verdade não conheceram Goiás. Na opinião dos goianos, permanece a ignorância generalizada sobre a região. Isso ocorre porque os enviados são apenas “curiosos”, “compendistas” e “ensaístas” que pouco ou nada conhecem da região. Contudo, o relatório Neiva e Penna prestava um enorme desserviço ao estado ao reverberar na imprensa nacional uma visão negativa de Goiás sem comprovada fundamentação científica. Em artigo, provavelmente da lavra de Henrique Silva (2001d, p.3), o autor considera que Belisário Penna “constituiu-se o mais infatigável arauto da difamação das nossas cousas”. O autor questiona a imprecisão do relato de Neiva e Penna, diante das generalizações acerca da propagação da doença de Chagas no território goiano:

Aos dizeres do inesperto doutor as afirmativas de Belisario Penna e Neiva e entre os textos de um e as passagens dos outros transparecia a evidência que em Goiás, pelo menos ao sul, ‘a região é bastante habitada por gente sadia em sua maioria’, e a lenda

dos 70% de cretinos não passava mesmo de uma lenda impatriótica, leviana e de mau gosto (Silva, 2001d, p.3; destaques no original).

Henrique Silva, provavelmente, acompanhava as críticas feitas pelos pesquisadores argentinos à primeira caracterização clínica da doença de Chagas, apontando dúvidas acerca de certos enunciados da doença.⁵ A polêmica no campo científico serviu de argumento para Henrique Silva reforçar seu olhar de desconfiança em relação ao relatório dos sanitaristas. Os goianos não mais poderiam ser difamados por “estudos carentes de revisão e confirmação” (Silva, 2001d, p3).

De certo modo, a motivação patriótica da campanha “pró-saneamento” surte efeito contrário em Goiás. Faltava aos sanitaristas o vínculo com a terra goiana, fundamento do sentimento de patriotismo, bem como o conhecimento específico do mundo e da cultura da região. Um dos colaboradores de *A Informação Goiana*, Antônio Euzébio (2001, p.130), sugere, de modo crítico, que a possível verba destinada ao saneamento fosse transferida para o prolongamento da via férrea, para a expansão do telégrafo ou ainda para a construção de estradas de rodagem e de postos zootécnicos. Para não descontentar a comissão científica, defende “a criação de um laboratório químico que aproveite as inúmeras espécies vegetais”. Enfim, os articulistas de *A Informação Goiana*, apesar de resistir a admitir a gravidade da doença de Chagas na região, não faziam oposição alguma ao desenvolvimento de profilaxias indutoras de investimentos em Goiás.

Na compreensão de Henrique Silva (2001f, p.151), não havia dúvidas de que vivíamos num país singular. Frente às incoerências do poder público, que destina as verbas do saneamento às cidades do Sul e do Sudeste do país, resta a ironia e a indignação dos goianos. Para o articulista, a transformação de Goiás num “quadro dantesco” teve por objetivo a criação do Ministério da Saúde Pública, que deveria iniciar seus trabalhos pelo saneamento rural do Brasil. Assim, o sertão goiano, apesar da propagação das “imagens infernais”, permaneceu, como antes, abandonado. Por fim, a terra dos “cretinos” e dos “triponogoianos” não teve acesso às verbas nem aos postos médicos como Neiva e Penna afirmaram.

Hugo de Carvalho Ramos (2001a, p.99) defendia que faltava o essencial para as populações rurais: as boas vias de transportes e comunicações. Desprovido da propriedade da terra e sem qualquer apoio para a compra de ferramentas, restava ao trabalhador rural, “que desconhece o luxo e os gozos sociais que outorgam as velhas civilizações”, adaptar-se à simplicidade da vida roceira. Finalmente, “não tem sido o pobre matuto, isolado e relegado na vastidão dos nossos latifúndios, o formador único dos sapezais?” Com sua sensibilidade sertaneja, o autor ressalta a perspicácia do homem rural frente ao “pé-de-chumbo ou ao ‘carcamano’”, portanto o modo de vida sertaneja não pode ser visto como sinal de indolência, comodismo, ausência de ambição e pobreza” Hugo Carvalho Ramos (p.99; destaque no original).

Americano do Brasil (1980, p.110) se surpreende com a atualidade das informações divulgadas pelo governador José Rodrigues Jardim (1832-1837) sobre a falta de preparo técnico do agricultor goiano: “As grandes árvores são derrubadas a golpes de machado, havendo precedido uma laboriosa roçada; o fogo reduz a cinza os madeiros que os séculos criaram, então, a golpes de enxadas se abrem as covas em que são lançadas as sementes”. Os argumentos acerca da rusticidade da agricultura goiana se aproximavam da crítica tão presente

nos escritos de Penna e Neiva; entretanto, para a elite goiana importava a contrapartida: carrear investimentos para o sertão goiano.

A comparação entre o trabalhador imigrante e o nacional constitui uma das polêmicas encetadas pela revista. A possibilidade de fixar imigrantes alemães em Goiás motivou a transcrição de uma carta do cônsul brasileiro na Alemanha dirigida a Henrique Silva. O diretor da revista assim se manifestou: “Os nossos votos são para que venham não milhares, mas milhões de alemães para o grande Estado Central, que tanto precisa de braços” (Silva, 2001g, p.81).

Interessava à elite goiana afirmar a presença do estado no corpo da economia nacional por meio da valorização do trabalho, quer de nacionais quer de estrangeiros. Assim, não requisitava olhar diverso para a região no intuito de valorizar o ritmo lento de uma economia de abundância, supostamente avessa à exploração capitalista. Ao contrário, essa elite intelectual formulou um projeto para Goiás: sonhou com a ocupação das terras do Brasil Central, com a interiorização da capital, repisou os argumentos mudancistas de Varnhagen⁶ no pequeno opúsculo intitulado *Capital marítima ou interior* e assumiu a proposta de barateamento das terras devolutas, bem como a distribuição de maquinários ao homem do campo e, consoante com o pensamento cientificista, louvou o clima salubérrimo, o solo fértil e a riqueza mineral e hidrográfica da região. Enfim, o enorme potencial econômico ali existente era despercebido e desperdiçado por um governo incapaz de redirecionar os investimentos para o centro do Brasil.

Está claro que a revista constitui um instrumento de afirmação de um saber sobre Goiás produzido pelos próprios goianos. Região, portanto, como categoria do pensamento, se vincula ao gesto de hierarquização e ordenação do saber (Bourdieu, 1989). Na conjuntura festiva que antecedeu a comemoração do centenário da independência – momento de afirmação e disputas acerca do destino do Brasil e dos brasileiros –, a elite goiana lançou-se na necessária tarefa de “fazer ver e fazer crer” que o “verdadeiro” Goiás era aquele “revelado” por um dado grupo, os intelectuais goianos ou amantes e conhecedores das terras goianas. Esse grupo redefiniu suas fronteiras a partir de um procedimento hierárquico: apenas os goianos poderiam falar da sua região com propriedade. A revista era portadora de um saber legítimo que se fundamentava na relação de proximidade entre o grupo de intelectuais e a “pátria goiana”. Finalmente, Goiás não poderia ser considerado terra de ninguém. Afirmava-se, assim, a presença de uma elite política com capacidade de articular um projeto para sua região e de romper com o tom de lamento que marcou sua autoimagem no passado. Doravante, interessava aos goianos apresentar sua região como alternativa de futuro para o país. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a interiorização da capital se apresentava como uma proposição utópica. No entanto, em consonância com o dispositivo mudancista da Constituição de 1891, a elite goiana mobilizou todos os recursos para reafirmar a mudança como prioridade. Restava, portanto, preparar o terreno para que o destino se cumprisse – mais uma vez fazer ver e crer (Chartier, 1990) – pois, as determinações da geografia e da geopolítica exigiriam, cedo ou tarde, a transferência da capital para o coração do Brasil.⁷

NOTAS

¹ Em 1918, a sede da tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi transferida para a Praia Vermelha, na zona Sul da cidade. Atraindo estudantes de todas as regiões do Brasil, a escola formou parte substantiva

dos médicos brasileiros, entre os quais Arthur Neiva. Neiva participou da campanha contra a erradicação do mosquito da febre amarela e, já formado, ingressou no Instituto de Manguinhos. Belisário Penna formou-se em medicina na Bahia, tornou-se inspetor sanitário no Rio de Janeiro em 1903 e daí em diante participou de inúmeras campanhas na área de saneamento ao lado de Oswaldo Cruz (Thielen, 2002).

² A publicação de Neiva e Penna foi reproduzida em uma edição fac-similar, lançada pelo Senado Federal em 1999, acrescida das biografias dos referidos cientistas.

³ Em 1909, Carlos Chagas apresentou ao mundo científico a descoberta de “nova entidade mórbida”, causada por um protozoário denominado *Trypanosoma cruzi*, transmitido por inseto hematófago, popularmente conhecido como barbeiro. De acordo com Simone Petraglia Kropf (2009, p.205), a “tripla descoberta de Chagas (vetor, patógeno e infecção humana) é comemorada como ‘grande feito’ da ciência brasileira”. A essa doença, Carlos Chagas associa várias manifestações mórbidas, como a cardiopatia, o cretinismo e o hipertireoidismo. Certamente, a primeira caracterização clínica da doença de Chagas teve enorme impacto no relatório de Neiva e Penna. Os referidos médicos se deixaram guiar pelos distúrbios endócrinos e neurológicos como sinais clínicos da doença de Chagas, o bócio e o cretinismo (Kropf, 2009).

⁴ Recorremos ao argumento, já apresentado em outra ocasião (Sandes, 2002a), de que não há motivo para duvidar da percepção de cronistas e viajantes acerca do refluxo da atividade mineradora na segunda metade do século XVIII. Outra questão incide na qualificação dessa crise como um período de decadência, cujo sentido moral acabou por desviar a questão para o controle da população e de seus modos de vida, conforme argumenta Bertran no prefácio do livro de Chaul (1997).

⁵ Kropf (2009) ressalta a projeção científica e política adquirida pelos médicos sanitaristas e os conflitos daí advindos. A “doença do Brasil” impunha maior susceptibilidade a críticas, controvérsias e tensões. Numa época em que o critério fundamental para o diagnóstico de uma doença passava por suas manifestações clínicas e sintomas no qual o agente causal era fundamental. “Depois da febre aguda, o T. Cruzi não é mais encontrado no sangue, e sua identificação nos tecidos, mediante necropsia é muito difícil” (p.212-213). Logo, a caracterização clínica acrescida da importância médico-social da nova doença ensejou um longo debate sobre as condições do atraso das áreas rurais ... Ao mesmo tempo, tais enunciados foram objeto de intensas críticas e questionamentos, iniciados na Argentina, entre 1914-1916, e aprofundados no campo médico brasileiro entre 1919 e 1923 (Kropf, 2009).

⁶ Francisco Adolfo Varnhagen foi o principal historiador do Brasil no século XIX. Sua *História geral do Brasil* estruturou uma síntese histórica comprometida com o projeto de formação nacional ordenado pelo regime monárquico. Preocupado com a proteção das nossas fronteiras, escreveu o opúsculo *Capital marítima ou interior*, em 1877. A proposta de interiorização da capital seguia a tendência dos estados europeus que, por questões geopolíticas, reordenaram a localização das capitais (Magalhães, 2004).

⁷ Para efetivar a mudança da capital, a elite goiana apoiou a demarcação das terras pela missão Cruls em 1892, apressou, em 1955, o processo de desapropriação das terras goianas e especulou com a venda de terrenos, antes mesmo que Juscelino Kubitschek se comprometesse com a construção de Brasília (Magalhães, 2004).

REFERÊNCIAS

A ELIMINAÇÃO...

A eliminação do brasileiro. *Correio da Manhã*, 23 out. 1916, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%201911&pesq=a%20elimina%C3%A7%C3%A3o%20do%20brasileiro. Acesso: 16 jan. 2016. 23 out. 1916.

AUDRIN, José Maria. *Entre os sertanejos e índios no norte*. Rio de Janeiro: Agir. 1947.

BORGES, Crispim. Prefácio. In: Brasil, Americano do. *Pela história de Goiás*. (Coleção Documentos Goianos). Goiânia: UFG. p.9-12. 1980.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

BRASIL, Antônio Americano do. A vegetação e a fertilidade do solo goiano. *A Informação Goiana*, ago. 1917, p.2. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001.

BRASIL, Antônio Americano do. *Pela história de Goiás*. (Coleção Documentos Goianos). Goiânia: UFG. 1980.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás: da construção de Goiânia aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG. 1997.

- ÉLIS, Bernardo.
A vida são as sobras. *Remate de Males*, v.17, p.15-116. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3811/4787>. Acesso: 16 jan. 2016. 1997.
- EUZÉBIO, Antônio.
Aiêê (Verdade). *A Informação Goiana*, 25 maio 1918, p.130. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001.
- KROPE, Simone Petraglia.
Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, p.203-277. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500010&lang=pt. Acesso: 15 mar. 2014. 2009.
- LAJOLO, Marisa.
Os três tempos do Jeca Tatu. In: Schwarzs, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense. p.101-105. 1983.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa.
A verdade sobre a revolução de outubro: 1930. São Paulo: Alfa-Omega. 1983.
- LOBATO, Monteiro.
Urupês. São Paulo: Brasiliense. 1962.
- LOBATO, Monteiro.
Mr. Slang e o Brasil e O problema vital. (Obras completas de Monteiro Lobato, v.8). São Paulo: Brasiliense. p.223-329. 1948.
- MAGALHÃES, Luís Ricardo.
Brasília: a utopia do centro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Disponível em: http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_MAGALHES_Luiz_Ricardo.pdf Acesso: 20 jun. 2014. 2004.
- MAIA, João Marcelo Ehlert.
Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*, n.40, p.3-23. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1280/430>. Acesso: 15 jun. 2014. 2007.
- NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário.
Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal. 1999.
- NEPOMUCENO, Maria Araújo.
O papel político-educativo de A Informação Goiana na construção da nacionalidade. Goiânia: UFG. 2003.
- PATERNOSTRO, Júlio.
Viagem ao Tocantins. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1945.
- PAULA, Gabriel de.
Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2014.
- PIMENTEL, Antônio M. de Azevedo.
O clima no Planalto Central. *A Informação Goiana*, ago. 1917, p.6. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001a.
- PIMENTEL, Antônio M. de Azevedo.
Goiás na Patologia. *A Informação Goiana*, abr. 1918, p.109. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001b.
- RAMOS, Hugo de Carvalho.
Populações rurais. *A Informação Goiana*, fev. 1919. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001a.
- RAMOS, Hugo de Carvalho.
O interior goiano. *A Informação Goiana*, out. 1918. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001b.
- RAMOS, Victor de Carvalho.
Um mundo desconhecido. *A Informação Goiana*, ago. 1917. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001.
- SÁ, Dominichi Miranda de.
Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, p.183-203. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500009. Acesso em: 9 jun. 2014. 2009.
- SANDES, Noé Freire.
Memória e história de Goiás. In: Sandes, Noé Freire (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Regional. p.17-26. 2002a.
- SANDES, Noé Freire.
Nação, políticas de saúde e identidade. Goiânia: UFG. 2002b.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro.
O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Rio de Janeiro: *Dados*, v.28, n.2, p.1-20. 1985.
- SILVA, Henrique.
A informação goiana. *A Informação Goiana*, ago. 1917. Goiânia: Agepel, 2001. (CD-ROM). 2001a.
- SILVA, Henrique.
Viajores, mas superficiais observadores. *A Informação Goiana*, mar. 1918, p.91. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001b.
- SILVA, Henrique.
Pela fauna do Brasil central. Retificações e refutações. *A Informação Goiana*, abr. 1918, p.106. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001c.

SILVA, Henrique.

Em favor de Goiás: assuntos sanitários.

A Informação Goiana, ago. 1920, p.3. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001d.

SILVA, Henrique.

A vaca mocha. *A Informação Goiana*, 15 mar. 1918, p.93. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001e.

SILVA, Henrique.

Notas e comentários. *A Informação Goiana*, jun. 1919, p.151. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001f.

SILVA, Henrique.

A nossa propaganda no exterior. *A informação Goiana*, jun. 1924, p.81. Goiânia: Agepel. (CD-ROM). 2001g.

THIELEN, Eduardo Vilela.

Belisário Penna. Notas fotobiográficas.

História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.9, n.2, p.387-404. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020020002000008. Acesso em: 30 maio 2014. 2002.

VIEIRA, Tamara Rangel.

Uma clareira no sertão? Saúde, nação e região na construção de Brasília (1956-1960). Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2007.

